



Anais da Assembléia

Nº 173

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jálilo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppino - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Cato Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmias da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1997
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Nélvo Beraldin, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademir Tralano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kleise, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Mitinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walnor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Srs. Deputados, antes de lermos a Ata, que fique registrado nos Anais desta Casa, através desta Mesa, em nome do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, em nome do Deputado Luiz Carlos Zuk, em nome do Deputado Nelson Garcia, em nome dos Srs. Parlamentares, a visita a este Parlamento, hoje, de 28 alunos do Colégio Estadual Brasília de Araújo, da gloriosa cidade de Bela Vista do Paraíso.

Queremos também, prestar uma homenagem aos 7 acompanhantes que acompanham os jovens, e prestar as nossas homenagens à professora Shulca Kamita, que é uma mestra, e que representa, com muita galhardia, a educação, a honra, a lealdade, no Colégio Estadual Brasília de Araújo, da Cidade de Bela Vista do Paraíso.

Em nome deste Parlamento, sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Nós abaixo assinados, na qualidade de Deputados filiados ao PTB, indicamos para Líder do Partido, o Deputado Ademir Luiz Tralano.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(aa) VALDIR ROSSONI
BETO RICH
CEZAR SILVESTRI
JOSÉ TAVARES
MITINHO PUPPIO
ALBANOR GOMES
CARLOS SIMÕES
JOEL COIMBRA

LUIZ ACCORSI
RICARDO CHAB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, votos de profundo pesar, à família do Dr. André Gustavo Barrionuevo, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 1º de outubro de 1997, na Cidade de Chapecó, Santa Catarina, em acidente aéreo.

Do aprovado, requer ainda, seja enviada cópia à família enlutada, através de correspondência aos seus pais, Sr. Agostinho Barrionuevo e Sra. Beatriz Flora Barrionuevo, à Rua Francisco Xavier, 28 - CEP 85.500-000 - Pato Branco.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

No dia 1º de outubro de 1997, faleceu na Cidade de Chapecó, Santa Catarina, vítima de acidente aéreo, com 28 anos, o médico cardiologista Dr. André Gustavo Barrionuevo.

Filho do Sr. Agostinho Barrionuevo e da Sra. Beatriz Flora Barrionuevo, deixa os irmãos Luiz Otávio, Fabiano e Rodolfo, família tradicional de Pato Branco.

Seu pai, Professor Agostinho Barrionuevo, é Presidente da Casa Familiar Rural de Pato Branco, pessoa de nossa maior estima, a quem queremos, neste difícil momento, externar nosso profundo pesar e solidariedade.

REQUERIMENTO Nº 2373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Monsenhor Raimundo Francener, Pároco da Paróquia São João Batista, Município de São João, ocorrida no dia 28 de setembro de 1997, naquela cidade.

Do aprovado, requer ainda, seja enviado cópia à Paróquia São João Batista, Município de São João, através de correspondência para a Rua São Miguel, 765, Caixa Postal 34, CEP 85570-000.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A morte do religioso, vítima de infarto do miocárdio, enlutou São João, a Diocese de Palmas e Francisco Beltrão.

Monsenhor Raimundo era pároco da Paróquia São João Batista, desde sua fundação, em novembro de 1959. Foi coordenador diocesano de pastoral por duas vezes, foi governador da Diocese, pertenceu ao Conselho de Presbíteros e ao Conselho de Consultores.

Nasceu em Joazeiro - SC, em 03 de setembro de 1929. Em 1942, ingressou no Seminário Franciscano de Luzerna - SC, passando pelos Seminários de Rio Negro e Agudos, São Paulo. Foi professor do Seminário Diocesano São João Maria Vianney. Coursou filosofia e teologia em São Leopoldo e Viamão - RS. Sua ordenação aconteceu dia 28 de dezembro de 1958, em Palmas.

Sua vida foi dedicada a Deus e ao sacerdócio. O Prefeito de São João, Dirceu Mezzaroba, decretou feriado municipal, para que a população pudesse prestar as últimas homenagens ao religioso, pois desfrutava de grande conceito e admiração aos que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

REQUERIMENTO Nº 2364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Regional de Administração do Paraná, alusivos à realização do Fórum Paranaense de Administração, na data de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Conselho, Sr. Gilberto Serpa Griebeler, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Coronel Dulcídio, 1565, CEP 80250-100 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato das Empresas de Transporte e Cargas no Estado do Paraná, alusivos à realização do 1º Encontro Paranaense contra Roubos no Setor de Transportes, nos dias 13 e 14 de outubro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Sindicato, Sr. Adão Flores Nunes, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Almirante Gonçalves, 1966, CEP 80250-150, Curitiba PR.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Transportes Rodoviários Autônomos de Bens no Estado do Paraná, alusivos à realização do 1º Encontro Paranaense contra Roubos no Setor de Transportes, nos dias 13 e 14 de outubro corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Sindicato, Sr. Dilmir Deléo Cunha Bueno, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Vicente Michelotto, 6450, CEP 81450-040, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de louvor à Câmara Júnior do Brasil e à Câmara Júnior de Foz do Iguaçu, por ocasião da realização da 43ª Convenção Nacional da Câmara Júnior do Brasil, que acontece em Foz do Iguaçu nos dias 16, 17 e 18 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O evento, sob a coordenação dos respectivos presidentes das duas entidades, Sr. Lauro Manoel Barbosa e Sidney dos Reis, tem como lema geral "Ideais em Ação" e representa uma especial oportunidade para os convencionais refletirem sobre as questões afetas à juventude e à problemática nacional.

REQUERIMENTO Nº 2371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos

à Comissão Organizadora das festividades alusivas aos 100 anos da chegada dos Irmãos Maristas no Brasil, realizadas na Escola Isidoro Dumont, no Município de Itapejara d'Oeste, no último dia 06 de setembro.

Do aprovado, requer ainda, que do presente se dê ciência ao Irmão Marista Maurício Moretti, ao Diretor da Escola Irmão Isidoro Dumont, Sr. Alcides Frandolosso, e ao Sr. José Bocassanta, responsável pela Comissão Organizadora do evento, através de correspondência a ser encaminhada aos cuidados da Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste, a Rua Manoel Ribas, 620 - CEP 85.580-000, Itapejara d'Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Em Itapejara d'Oeste, nas dependências da Escola Estadual Irmão Isidoro Dumont, no último dia 06 de setembro, houve uma confraternização, onde estiveram presentes os ex-alunos, professores, lideranças políticas, religiosas, para registrar a comemoração dos 100 Anos dos Irmãos Maristas no Brasil.

Em 1817, na França, em um vilarejo denominado La Valla, é constituída uma pequena sociedade de caráter religioso, empenhada em levar o ensino fundamental às crianças e jovens do interior do país. Seu fundador Marcelino Champagnat dá a essa sociedade o nome de Irmãos Maristas.

Em 1997, os Irmãos Maristas celebram 100 Anos de chegada no Brasil, com presença marcante em todo o território nacional. Hoje, são mais de 600 maristas em todo o país, transmitindo ensinamentos para mais de 100.000 alunos, em 65 escolas, e 03 universidades, contribuindo decisivamente para a educação e evangelização da sociedade brasileira.

REQUERIMENTO Nº 2375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao "Jornal de Beltrão" e a "Revista Gente do Sul", ambos do Município de Francisco Beltrão, pela brilhante reportagem sobre os "40 Anos da Revolta dos Posseiros".

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar uma justa homenagem a estes dois veículos de comunicação, que de forma brilhante lembraram este fato importante da história da região sudoeste e da luta de sua população pelo direito à terra.

A força, a determinação e o amor pela região, demonstrados por estes pioneiros durante a Revolta dos Posseiros, que completa 40 anos neste mês de outubro, são sentimentos que ainda hoje regem a vida daquele povo. Através das reportagens, completas e imparciais, as novas gerações, que não participaram diretamente do episódio, terão a noção exata do esforço dos pioneiros em se fixar naquela região e que resultou na edificação de municípios progressistas, que contribuem de forma decisiva para com o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a consignação em Ata de um voto de louvor ao Rotary Club da Lapa.

A presente proposição se justifica pelos relevantes serviços prestados ao Rotary Internacional e a comunidade lapaense.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento ao Sr. Alfredo Kelm Júnior - Mui Digno Presidente do Rotary Club da Lapa.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 2379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a consignação em Ata de voto de louvor ao Sr. Antonio Jairo Porto Alegre - Governador do Distrito 4730 - Rotary Club Internacional.

A presente proposição se justifica pela atuação do Sr. Antonio Jairo Porto Alegre, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento ao Sr. Antonio Jairo Porto Alegre.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 2382

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após oitiva do douto e soberano Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, o aplauso deste Poder ao Sr. Governador do Estado do Paraná, e ao Secretário de Estado da Saúde, pelo Programa "Protegendo a Vida", que vem se realizando de forma cíclica nas cidades pólos de abrangência regional.

A presente solicitação é uma justa homenagem pela iniciativa, que faço extensiva a todos os funcionários daquela Secretaria de Estado, participantes, organizadores, palestrantes e autoridades públicas, reafirmando minhas congratulações, pela modernidade e dinamismo daquele Programa, conforme demonstramos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) WALMORTRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Saúde vem desenvolvendo em forma de ciclos nas cidades pólos, com abrangência regional, o Programa "Protegendo a Vida", que se constitui num dos principais marcos do Governo Jaime Lerner, e que inclusive já obteve o reconhecimento internacional, com premiação pelo UNICEF.

Com intensa programação de cursos e outras atividades, leva a profissionais da saúde e membros da comunidade a participarem, de forma ativa, do compromisso da Secretaria de Estado de Governo, nas questões de saúde de nosso Estado.

Na realização do segundo ciclo daquele programa, Paranaval, cidade que tenho a honra de representar, transformou-se na capital da saúde de nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2383

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Sueli dos Santos e Enevaldo dos Santos, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento, e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações

com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2384

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Dirceu Kotowey e Irene Maria Kotowey, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento, e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respetosamente REQUER, o envio de moção de solidariedade aos Magistrados, pela forma injusta com que procedeu-se a modificação da emenda que concedia aos mesmos a segurança da aposentadoria justa que garanta a integralidade dos seus vencimentos, após dedicarem-se exclusivamente por muitos anos à profissão, deixando-os assim, sem qualquer possibilidade de uma aposentadoria digna, dentro dos padrões estipulados pela sociedade.

Não esquecendo de salientarmos, que um Magistrado passa anos de sua vida preparando-se para exercer a profissão; que dedica-se a causa pública; que defende a aplicação da Justiça em defesa da grande massa de excluídos; que trata da manutenção da ordem social, tendo em suas mãos a responsabilidade de administrar com ordem e decência o terceiro Poder Constituído, em toda a Nação brasileira.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente à Bancada de Deputados Federais do Paraná, junto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao médico Gabriel Bacila, pela comemoração de seu 100º aniversário.

Quando jovem, o Dr. Bacila assumiu trabalho no comércio e no campo. Depois de formar-se em medicina, em São Paulo, em 1925, retornou à sua cidade natal, Palmeira - PR, onde exerceu o cargo de Prefeito. Nesta cidade, exerceu também cargo de primeiro suplente de Juiz de Direito, tomando posse no Tribunal de Justiça.

Casou-se em 1946, com a Sra. Salma Michaelle. Indo residir em Ponta Grossa. Nesta cidade, exerceu várias funções, além da clínica médica. Foi chefe do 3º Distrito Sanitário, titular da cadeira de Higiene e Saú-

de da então Faculdade de Farmácia de Ponta Grossa, entre outras. Fez várias publicações, resultantes de sua vasta experiência em Saúde Pública.

O Dr. Bacila, hoje, é membro do Centro Cultural Euclides da Cunha, do Centro Cultural Brasil Estados Unidos, Benemérito da Cruz Vermelha de Ponta Grossa e fundador do Círculo Militar de Ponta Grossa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao médico Gabriel Bacila, cumprimentando-o pela data e desejando muitas felicidades, à rua Sant'Ana, 956 - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, votos de louvor e congratulações à Diretoria, associados e funcionários da COOPERVALE - Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda., pela inauguração do Complexo Avícola COOPERVALE, no dia 10 de outubro p. passado, na Cidade de Palotina.

Requer ainda, que da decisão desta Casa se dê ciência ao Sr. Alfredo Lang, Diretor Presidente da COOPERVALE e aos Prefeitos Municipais de Palotina, Assis Chateaubriand, Maripá, Nova Santa Rosa e Terra Roxa, que têm parceria na viabilização deste grande empreendimento agro-industrial.

Uma obra que traz a marca de uma Cooperativa das mais sólidas do País, que agrega o máximo de valor aos produtos de seus associados, permitindo que a empresa cresça, que o produtor diversifique e ganhe na rentabilidade e que a economia regional se desenvolva, gerando empregos, riquezas e tributos para o nosso Estado e País.

O Complexo Avícola COOPERVALE, inaugurado e já em funcionamento, apresenta a tecnologia mais avançada do mundo, cujo empreendimento é um marco histórico para a avicultura brasileira. Um investimento de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), com capacidade de industrialização anual de 40 milhões de aves, cujo faturamento previsto anual é de R\$ 100 milhões; geração inicial de 1.000 empregos diretos e mais de 3.000 indiretos.

Parabéns, e obrigado, COOPERVALE, pela iniciativa que muito engrandece o Estado do Paraná e a sua gente, pelo que, a Assembleia Legislativa apresenta o seu apoio e votos de congratulações e louvor.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) DULCIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a conservação e cascalhamento das estradas rurais do Município de Mallet, pelas quais, trafegam ônibus escolares - Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

A recuperação das estradas municipais constitui-se em meta prioritária dos municípios paranaenses, bem como do Governo do Estado, através de programa específico denominado de Caminhos da Educação.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Ur-

bano, solicitando a liberação de um caminhão apropriado para a coleta de lixo, ao Município de Imbituva.

Esta é uma reivindicação do nobre Vereador Alceu Sponholz, ao qual somamos o nosso total apoio, pois a Cidade de Imbituva ressen-te a falta de um caminhão apropriado para fazer a coleta urbana do lixo. O veículo que está sendo utilizado atualmente, é impróprio para esta tarefa. Além de não oferecer condições necessárias, não tem a capacidade de transportar lixo acumulado e não oferece segurança aos funcionários que apanham o lixo.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Direção da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, solicitando a construção de uma quadra de esportes na Escola Estadual Benjamin Antonio Motter, no Município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A construção da quadra de esportes é uma forte reivindicação da comunidade escolar da Escola Estadual Benjamin Antonio Motter, de Cafelândia. A escola tem 200 alunos matriculados e ainda não possui um local adequado para a prática de esportes, e também para o lazer da comunidade.

Assim sendo, solicito o apoio dos Srs. Parlamentares para a aprovação deste requerimento, com o objetivo de promover o bem estar social na comunidade Central Santa Cruz, bem como, estimular os jovens estudantes o gosto pelo esporte.

REQUERIMENTO Nº 2376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, ao Exmo. Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, providências urgentíssimas visando corrigir deficiências verificadas no Sistema de Segurança da região de Maringá, tanto no que diz respeito à Polícia Civil, como à Polícia Militar, principalmente no aspecto relacionado a falta de recursos reclamados pelo Delegado Chefe da 9ª SDP e pelo Comandante do 4º BPM de Maringá.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos tempos, a insegurança voltou a ser o pesadelo para a população de Maringá.

Diariamente são registrados assaltos e arrombamentos, além de outros crimes. Os diretores de escola têm manifestado, com frequência o seu desespero frente aos inúmeros atos criminosos realizados nas imediações de colégios (furtos, agressões, tráfico e uso de drogas, prostituição, etc.). Os empresários estão apreensivos com os atos criminosos, especialmente furtos e roubos (arrombamento) praticados contra seus estabelecimentos e seus funcionários.

Entre os trabalhadores e cidadãos em geral, é constante a preocupação com a segurança e de seus familiares.

Some-se a isso as frequentes notícias de mortes, atribuídas pela própria polícia a "guerra de quadrilhas" ou "queima de arquivo". Não há dúvida que esses dados indicam um quadro de criminalidade acentuada.

No que pertine as autoridades policiais, o Delegado Chefe da 9ª SDP tem reiterado não dispor de condições para "realizar um trabalho adequado". Afirma não possuir pessoal, viaturas e instalações adequadas, recentemente chegou a declarar em jor-

nal que a situação de Maringá é devida à "falta de força política do município, que por isso não é entendido em suas reivindicações". Falou também sobre a inadequação do Fundo Rotativo, que além de insuficiente, é repassado com atraso.

No que tange a Polícia Militar a falta de pessoal, de viaturas e recursos para custeio é o argumento que surge, toda vez que a população reclama patrulhamento ostensivo e eficiente.

Tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar recorrem com frequência à comunidade para obter auxílios destinados a custeio de suas atividades, principalmente para aquisição de combustível, peças de reposição e manutenção de veículos.

Em síntese: de um lado, temos a população aterrorizada pela avalanche de crimes que assola o município e a região; de outro, temos a polícia, cujas chefias admitem publicamente não dispor de condições para minorar esse quadro, enquanto o poder público não lhe destinar as condições adequadas.

Importa ponderar que não fica bem para o Governo submeter nossa polícia à condição humilhante de sair pedindo na comunidade, recursos para combustível, pneus, peças de reposição e outros serviços. É inaceitável também que as próprias autoridades policiais cheguem ao ponto de ter que dizer a população que não mais dispõe de recursos para combater a criminalidade.

Diante disso, solicitamos seja oficiado ao Exmo. Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, que determine com urgência as providências necessárias, tanto no sentido de destinar os veículos e equipamentos necessários, como os recursos financeiros destinados ao custeio (principalmente o Fundo Rotativo).

Requer também, seja determinado em plano emergencial de policiamento ostensivo, visando conter a avalanche de criminalidade, principalmente nas imediações das escolas.

REQUERIMENTO Nº 2381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira - Secretário de Estado da Segurança Pública, em atendimento à reivindicação da Câmara Municipal de Sertaneja - PR, através do Ofício nº 124/97-CM, e Requerimento nº 057/97; e Ofício da Associação de Moradores do Distrito de Paranagi, solicitando a instalação de um módulo policial no Distrito de Paranagi, Município de Sertaneja.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sertaneja já conta com efetivo das forças policiais o mínimo possível para atender a cidade, enquanto que no Distrito de Paranagi não tem o menor amparo policial. Por isto é que se faz necessário e urgente a instalação de um módulo policial naquele distrito.

REQUERIMENTO Nº 2385

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de reiterar o pedido de policiamento ostensivo feito através de nosso Requerimento LCM/AL/14.886, data de 20.08.97, nas ruas Dr. Faivre, General Carneiro, Travessa Alfredo Bufen, Amintas de Barros, proximidades da Faculdade FESP e Casa do Estudante. Afirma-nos o Sr. Amauri Lourival Roesler - fone 252-7936, requerente do presente, que o problema de assaltos perdura, e vem causando muita apreensão para to-

dos os estudantes e para a população em geral. É urgente e necessária a presença de policiais nesses locais, para proporcionar a todos uma melhor segurança.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2386

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Ana Maria, os quais solicitam a limpeza das valetas existentes na Rua José da Silva Fontoura. As mesmas estão muito sujas e vêm causando sérios transtornos para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2387

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria da Silva, moradora do Bairro Rio Verde, a qual solicita reparos na ponte localizada na divisa deste bairro com o Município de Curitiba, tendo em vista que a mesma está caindo. Como é uma ponte utilizada também por veículos, pode desmoronar a qualquer momento e causar acidentes. O pedido está sendo feito em nome de toda a comunidade, e necessita de providências urgentes.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2388

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Renita Correa da Silva, moradora à Rua Padre Paulo Canelles, nº 444, Jardim Aliança - Bairro de Santa Cândida, a qual solicita a implantação do serviço de entrega de correspondências domiciliares nessa rua e na Rua Paulo Kulik. Afirma-nos que estas ruas possuem CEP, porém os moradores ainda não dispõem do serviço solicitado. Muitas correspondências são extravariadas, causando muitos transtornos. Informações complementares podem ser obtidas pelo telefone 243-1107, com a requerente.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2389

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro do Bom Retiro, principalmente na Rua Emílio de Menezes, esquina com a Rua Teffé. No local, existem marginais que reúnem-se para assaltar pedestres e roubar as residências próximas. Os moradores das proximidades não têm mais sossego e pedem policiamento urgente, antes que algum acontecimento mais grave venha ocorrer.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2390

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Perneta, os quais solicitam reparos na Av. Maringá, trecho entre as ruas Jandaia do Sul e Apucarana, uma vez que nesse local não há asfalto e a rua está intransitável, causando inúmeros transtornos para toda a população. Pedem a passagem da máquina e colocação de saibro.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER ao Exmo. Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública: a) providências urgentíssimas visando corrigir deficiências verificadas no sistema de segurança da região de Maringá, tanto no que respeito à Polícia Civil, como à Polícia Militar, principalmente no aspecto relacionado à falta de recursos reclamados pelo Delegado Chefe da 9ª SDP e pelo Comandante do 4º BPM de Maringá. b) O estabelecimento, com urgência, de um plano emergencial de investigação criminal e policiamento ostensivo visando identificar os criminosos, e conter a avalanche de criminalidade, principalmente nas imediações das escolas.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos tempos, a insegurança voltou a ser o pesadelo para a população de Maringá.

Diariamente são registrados assaltos e arrombamentos, além de outros crimes. Os diretores de escola têm manifestado, com frequência o seu desespero frente aos inúmeros atos criminosos realizados nas imediações de colégios (furtos, agressões, tráfico e uso de drogas, prostituição, etc.). Os empresários estão apreensivos com os atos criminosos, especialmente furtos e roubos (arrombamento) praticados contra seus estabelecimentos e seus funcionários.

Entre os trabalhadores e cidadãos em geral, é constante a preocupação com a segurança e de seus familiares.

Some-se a isso as frequentes notícias de mortes, atribuídas pela própria polícia a "guerra de quadrilhas" ou "queima de arquivo". Não há dúvida que esses dados indicam um quadro de criminalidade acentuada.

No que pertine às autoridades policiais, o Delegado Chefe da 9ª SDP tem reiterado não dispor de condições para "realizar um trabalho adequado". Afirma não possuir pessoal, viaturas e instalações adequadas, recentemente chegou a declarar em jornal que a situação de Maringá é devida à "falta de força política do município, que por isso não é atendido em suas reivindicações". Falou também sobre a inadequação do Fundo Rotativo, que além de insuficiente, é repassado com atraso.

No que tange a Polícia Militar a falta de pessoal, de viaturas e recursos para custeio é o argumento que surge, toda vez que a população reclama patrulhamento ostensivo e eficiente.

Tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar recorrem com frequência à comunidade para obter auxílios destinados a custeio de suas atividades, principalmente para aquisição de combustível, peças de reposição e manutenção de veículos.

Em síntese: de um lado, temos a população aterrorizada pela avalanche de crimes que assola o município e a região; de outro, temos a polícia, cujas chefias admitem publicamente não dispor de condi-

ções para minorar esse quadro, enquanto o poder público não lhe destinar as condições adequadas.

Importa ponderar que não fica bem para o Governo submeter nossa polícia à condição humilhante de sair pedindo na comunidade, recursos para combustível, pneus, peças de reposição e outros serviços. É inaceitável também que as próprias autoridades policiais cheguem ao ponto de ter que dizer a população que não mais dispõe de recursos para combater a criminalidade.

Diante disso, solicitamos seja oficiado ao Exmo. Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, que determine com urgência as providências necessárias, tanto no sentido de destinar os veículos e equipamentos necessários, como os recursos financeiros destinados ao custeio (principalmente o Fundo Rotativo).

Requer também, seja determinado em plano emergencial de policiamento ostensivo, visando conter a avalanche de criminalidade, principalmente nas imediações das escolas.

REQUERIMENTO Nº 2377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER ao Exmo. Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, que informe, com urgência, sobre os recursos repassados às Polícias Civil e Militar de Maringá (discriminando os recursos em dinheiro, veículos e equipamentos, e as épocas respectivas - mês e ano) desde 1995 até agora, bem como a previsão dos repasses até dezembro, e para o próximo ano.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A informação aqui solicitada, decorre do índice alarmante de criminalidade verificado na região de Maringá, e as declarações públicas das autoridades que confiam, tanto a Polícia Civil como a Militar, de que não dispõem das condições materiais adequadas para desenvolver sua missão de combater a criminalidade.

REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, em sua íntegra, a crônica intitulada "Requidão: contra tudo e contra todos", publicada no Jornal "A Cidade", do dia 12 de outubro de 1997, assinada pelo professor de filosofia e psicologia, Nelson Sinigaglia, que na condição de cidadão deste Estado, sentiu-se agredido pelo pronunciamento do Senador Roberto Requidão, veiculado no programa político do PMDB do dia 06 de outubro de 1997.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 559/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Dr. Elias Abrão, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 8 de outubro de 1996, o Instituto Elias Abrão, é uma entidade de direito privado, prestadora de serviços assistenciais e científicos, sem fins lucrativos, com sede na Praça Alfredo Andersen, 425, em Curitiba - PR.

Tem por objetivos executar, administrar, manter, criar, promover e prestar serviços assistenciais, bem como estudos científicos.

É merecedora de reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade, e para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei, que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 560/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Escritório Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, com sede na Cidade de Toledo, Estado do Paraná, e com abrangência nos Municípios de Assis Chateaubriand, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaira, Iracema do Oeste, Jesuitas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Branco, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu e Tupãssi.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará medidas para a sua implantação, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.97.

(a) DULIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei se torna oportuno e plenamente justificável, visto Toledo ser sede de Região Administrativa do Estado e a Secretaria tem como atribuição institucional a formulação de política de assistência social que priorize ações de caráter emancipador voltados aos segmentos de população excluídos de acesso aos serviços essenciais, diminuindo ações assistencialistas e possibilitando a ampliação de atividades produtivas.

O Escritório Regional de Cascavel, através de seus funcionários competentes e muito dedicados, tem realizado um trabalho muito satisfatório, porém com grandes dificuldades, pelo elevado número de municípios de sua abrangência.

Assim, a criação do Escritório Regional em Toledo, permitirá melhor influência do trabalho e atendimento aos municípios.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhores Deputados, antes de lermos a Ata, que fique registrado nos Anais desta Casa, através desta Mesa, em nome do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, em nome do Deputado Luiz Carlos Zuk, em nome do Deputado Nelson Garcia, em nome dos Senhores Parlamentares, a visita a este Parlamento, que muito nos orgulha, orgulha esta Casa porque estamos recebendo aqui hoje 28 alunos do Colégio Estadual Brasília de Araújo, da Gloriosa Cidade de Bela Vista do Paraíso.

Queremos também prestar uma homenagem aos 7 acompanhantes, que acompanham os jovens, e prestar a nossa homenagem à Professora Shuka Kamita, que é uma mestra e que representa com muita galhardia a educação, a honra, a lealdade no Colégio Estadual Brasília de Araújo, da Cidade de Bela Vista do Paraíso.

Em nome deste Parlamento, sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É lida e aprovada a Ata.

Não havendo Expediente a ser lido, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os assuntos que me trazem nesta tarde à tribuna da Assembléia Legislativa, primeiro é para abordar uma vez mais que ontem tomando conhecimento através da imprensa, pude ler com muita atenção as prioridades do Governo do Estado, com relação às emendas e os recursos do governo federal a ser repassado ao Estado do Paraná.

Pude observar dentre as obras todas lá citadas que mais uma vez a Região Centro Sul do Estado do Paraná, Irati e São Mateus do Sul, Irati a Inácio Martins, onde municípios esses carecem já há muito tempo de suas estradas asfaltadas, não consta como prioridade do Governo do Estado. Fala-se que o BID 5, que está a estrada de Irati a São Mateus do Sul, fala-se que a estrada de Irati a Inácio Martins é para recomendar nesse ou naquele mês, porém, a população e o povo aguardam ansiosamente e coloco a minha preocupação porque ontem pude observar que nenhuma dessas rodovias estão contempladas como prioridades do Governo do Estado do Paraná. Quero também fazer o registro, em razão das chuvas, o problema da BR-277 agravou-se mais ainda. São buracos e mais buracos, painéis, carros quebrados, caminhões, carros pequenos. O trecho de Palmeira a Irati Relógio praticamente em dias de chuvas se torna uma estrada talvez a mais perigosa do nosso estado.

Com essa pequena estiagem que deu, é só quem por ali trafega que pode observar o estado de abandono que se encontra a BR-277.

Deixamos aqui o nosso registro e a nossa preocupação. Muitas mortes ali já ocorreram, muitos acidentes fatais. E eu aqui dessa tribuna, por diversas vezes, já contei um número sem fim de acidentes. E que no próximo mês vou trazer um relatório dos acidentes ocorridos nessas últimas semanas.

Feito esse registro com relação as nossas estradas, gostaria de chamar a atenção de toda a Bancada Municipalista e porque não dizer, de todos os Senhores Deputados com relação ao Fundo de Participação dos Municípios Brasileiros.

Hoje começou-se a discussão no Congresso Nacional sobre as mudanças, os novos critérios que vão aparecer e que por certo, municípios nossos se não houver uma mobilização de toda a classe política do Estado do Paraná, principalmente se somando a Associação dos Municípios e os Prefeitos do Estado do Paraná, teremos sem dúvida nenhuma a partir do próximo ano um caos total nas Prefeituras Municipais do nosso Estado do Paraná. Se for para aplicar os índices da forma que se encontram hoje, vinte e um municípios só no Estado do Paraná que acabarão ganhando, cento e oitenta e cinco municípios vão ter prejuízos nas suas receitas através do fundo. Vão ter prejuízos, irão diminuir as suas arrecadações. Por esta razão que a Associação dos Municípios do Estado do Paraná, liderada pelo Prefeito José do Carmo, esteve reunida nesta manhã, estivemos lá representando a Casa e também representando o Bloco Municipalista, onde discutiu-se por longas horas a situação dos novos índices, dos novos critérios que deverão ser implantados a partir do próximo ano. É o início de uma grande discussão. E, aos Deputados, principalmente colegas do interior do nosso Estado, é muito importante que Vossas Excelências possam se debruçar nas próximas semanas.

(E foi tirado o som)

... só para concluir, Senhor Presidente, com relação ao Fundo de Participação as discussões começaram hoje. Dia 30, 31 e 1º do mês que vem teremos um encontro em Campo Mourão onde serão discutidos além do FPM, outros assuntos relacionados, o fundo do ensino fundamental 15%, na área da saúde, e os Deputados daquela região e do resto do Paraná participem conosco, porque no ano que vem a situação irá ficar mais difícil com relação aos municípios paranaenses.

Senhor Presidente, antes de encerrar, gostaria de registrar e fazer o chamamento, já falei com o colega Orlan-

do Pessuti que é o Presidente do Bloco Agropecuário, o Deputado Luiz Carlos Zuk da Comissão de Agricultura, diz respeito ao endividamento agrícola. Fizemos um levantamento, um trabalho que durou aproximadamente três meses discutindo, questionando os juros e correção monetária e saber o que as instituições financeiras colocaram nos contratos da securitização da dívida agrícola. O prazo se expira no dia 31 de outubro agora. Tenho mantido contato em Brasília permanentemente, e nenhum sinal da prorrogação do pagamento dessa primeira parcela. Nenhum sinal até o presente momento. A não ser que o Deputado Orlando Pessuti tenha informações quentes, de há poucos instantes, mas ele vai abordar este assunto; apenas queria deixar registrado a nossa preocupação.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Toti Colaço, V. Exa. traz nesta tarde várias questões. Uma delas é com respeito ao Bloco Municipalista. Mais do que nunca se faz necessário atuação desta Assembléia e de todos os setores e lideranças políticas do Estado do Paraná na defesa do municipalismo. Porque da forma que está caminhando, eu que já fui prefeito, V. Exa. que já foi prefeito, e neste Plenário tem muitos ex-prefeitos, e que tiveram a oportunidade nas suas comunidades, de definir politicamente o rumo do seu governo local e municipal. Hoje observamos que, os prefeitos serão meros gerenciadores de contas carimbadas vindas do governo federal e vindas dos fundos que estão se constituindo. O municipalismo que deveria ser reforçado, que deveria ter o seu perfil mais definido em relação às necessidades da comunidade local de quem o prefeito é o representante máximo e conhece profundamente essas questões, vamos ver hoje, logo mais, o prefeito reservando 15% do FPM e do ICMS para o Fundo de Educação, que não sou contrário mas precisamos ver como isso vai atingir a questão das finanças públicas e sobretudo, a questão da educação, da saúde, de menor e isso vai constituindo uma série de fundos e o prefeito vai ser mero administrador de contas e vai perder o aspecto principal que o caracterizou na função máxima da liderança local, por que? Porque ele não vai conseguir imprimir o aspecto político e administrativo à sua comunidade. Parabéns à V. Exa. por trazer este assunto nesta tarde e tenho consciência e também tem este Plenário, do acompanhamento sempre presente que V. Exa. tem feito junto ao Congresso Nacional, às bancadas estaduais, no sentido de mobilizar as lideranças políticas do Congresso Nacional para que dêem novos caminhos à questão da municipalização em nosso país.

Obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Obrigado, Deputado José Maria.

Para dar um reforço nas colocações de V. Exa., vai se criar o Fundo de Apoio ao Ensino Fundamental. Excelente vai ser criado o Fundo para atender na área da saúde municipal. Criou-se o Fundo de Emergência, agora, Fundo de Estabilização Fiscal, que o governo federal aprovou do jeito que quis. Daonde saem esses recursos, Senhores Deputados? Saem exatamente dos mesmos, saem do próprio município, do Imposto de Renda, do ICMS, do IPI, do FPM. O governo federal está fazendo cortesia com o chapéu alheio.

O Sr. José Maria Ferreira - Com certeza! Não estamos advogando nenhuma criação de nenhum imposto, mas sim a perda da prerrogativa que tem o prefeito municipal em definir politicamente a sua administração.

O SR. TOTI COLAÇO - A autonomia municipal apregoada, ficou inserida, está hoje fundamentada numa autonomia municipal prestadora de serviços e não numa autonomia financeira, não numa autonomia de arrecadar recursos. Centraliza esses recursos tanto no governo do estado como no governo federal principalmente, entretanto, dá-se autonomia total para o prefeito que se quiser construir uma brigada militar municipal, pode criar, ou o transporte coletivo, saúde, recapeamento de estrada, gente para atender cartórios eleitorais, auxiliares de delegacias de polícia e assim por diante.

No entanto, os recursos ficam centralizados em Bra-

sília. Esta é a preocupação nossa e caso não haja mudança radical em Brasília, que a bancada federal do Estado do Paraná possa mostrar de fato e de direito que tem espírito municipalista, tem que se posicionar, na maioria das vezes, contra os interesses do governo, porque não adianta vir aqui e dar um discurso favoravelmente à defesa dos municípios, com a promessa de liberar alguns recursos para este ou aquele hospital, ou liberar esta ou aquela escola e no entanto, na hora da votação lá em Brasília, se colocam a favor do governo.

O Sr. Valdir Rossoni - Permite-me um aparte?
(Assentimento)

Ouçó o seu pronunciamento e é uma das preocupações nossas também.

Acho que o seu pronunciamento, quando cita os deputados federais do Paraná, sinceramente acho que são os grandes responsáveis por duas questões que estão atingindo as finanças dos municípios do Paraná.

O FEF que o Relator foi um Deputado Federal do Estado do Paraná, Deputado Luiz C. Haully e a "Lei Kandir" que também estamos vendo aí prejuízo total para o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo, onde o Governador Mário Covas deu um grito de independência e ontem estive com o Secretário de Finanças do Paraná, o Ministério da Fazenda, em cima do que tinha acordado sobre a "Lei Kandir" estava fazendo cálculos errados e continua fazendo cálculos errados e só o governo do Paraná, perdeu no ano passado, mais de 300 milhões de dólares com a "Lei Kandir". Quando o estado perde, o município também está perdendo. Somando-se ao FEF, não entendo como que os deputados federais, principalmente os paranaenses, estão fazendo as suas contabilidades, porque aí eles vêm e oferecem aos municípios verbas de 200, 80, 100 mil reais quando estamos perdendo proporcionalmente valores infinitamente maiores.

Não entendo como os deputados federais vão se apresentar para os prefeitos do Paraná e para a população do Paraná. Poderia citar um exemplo: o Município de Palmas, com o FEF, com a "Lei Kandir", está perdendo 18% da sua arrecadação.

Ora, imaginem os outros municípios que não tenho conhecimento, com mais 18% de aumento da sua arrecadação, o que seria vantajoso para a própria população, porque todos os recursos que permanecerem nos municípios, sem sombra de dúvida, dão melhores resultados. Qualquer obra, qualquer ação do Governo que for feita no município, custa a metade do preço do que custa quando executada pelo governo federal e até às vezes, pelo próprio governo do Estado. Não estou entendendo o procedimento dos deputados federais sobre a "Lei Kandir" e sobre o FEF, porque sabemos que um dos grandes responsáveis pelos prejuízos que estamos vendo, é o Deputado Luiz Carlos Haully e este Deputado é um dos Deputados que temos como uma pessoa competente, uma pessoa que tem conhecimento das finanças do Estado do Paraná e é um homem que tinha uma proposta de reforma tributária para mudar esta distribuição que temos e de repente, ele é o relator e defende este absurdo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Ia esperar um aparte, mas dada a insistência do Deputado Rossoni e também a desinformação dele e ele vem já não é só no dia de hoje e não tenho procuração para defender o Deputado Luiz Carlos Haully, mas ele vem atacando o Deputado Luiz Carlos Haully.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Deputado Pessuti...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - O Deputado Luiz Carlos Haully foi o Relator das "Leis das S.A.". Quem foi Relatora do FEF foi a Deputada Ieda Crusius do Rio Grande do Sul, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Deputado Orlando Pessuti a Questão de Ordem de V. Exa.

é procedente. Asseguro a palavra ao Deputado Toti Colaço para concluir o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSNI (Pela Ordem) - Gostaria de pedir desculpas ao Deputado Pessuti, que realmente o Deputado Luiz Carlos Haully não foi o Relator, mas ouvi pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Haully como um dos grandes defensores disso, quando é um profundo conhecedor dessa questão. Isso diminuiu em nada a responsabilidade dos deputados federais e principalmente desse deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - A observação do Deputado Pessuti foi muito oportuna, porque na verdade, a Relatora foi a Deputada Ieda Crusius com relação ao FEF e o Presidente da Comissão que tratou daquela matéria, foi o Deputado Luciano Pizzato, também do Paraná.

Não quero polemizar nem entrar em detalhes, com relação à atuação desse ou daquele parlamentar. Cada um tem o seu peso, o seu valor nos seus posicionamentos. O que precisa ser feito em termos de Paraná é que a bancada como um todo, todos os deputados federais possam sentir de perto o que é que está acontecendo com os municípios paranaenses, com a nossa agricultura.

O SR. TOTI COLAÇO - Esta prorrogação das dívidas, se isto não ocorrer teremos um caos total e absoluto na agricultura do Estado do Paraná, e estas decisões partem de Brasília, tem que vir de lá para cá, não há como fazer diferente. E é aí que chamo a atenção da nossa bancada para que tome uma posição única na defesa dos municípios e também evidentemente da nossa agricultura que está aí a mercê do tempo, gente sendo ameaçada já de ser executada pelo Banco do Brasil.

E o que me entristece ainda mais Srs. Deputados, o Banco do Brasil, não pode prorrogar a dívida dos nossos agricultores, no entanto quem é que assiste a TV Globo, as grandes televisões do nosso país. Tem um comercial do Banco do Brasil, no horário nobre da televisão brasileira em rede nacional, que só com o custo daquela propaganda do Banco do Brasil, com certeza absoluta dava para pagar a conta dos colonos deste ano da prestação de 31 de outubro, o custo vai vincular em todos os meios de comunicação uma propaganda não sei de quantos minutos oferecendo para a população brasileira, oferecendo o quê? Para que é que tem que fazer propaganda na televisão do Banco do Brasil, com todo o respeito, não com os seus funcionários, porque isso vem lá de Brasília, pagando com o dinheiro do povo, do agricultor, matéria veiculada em todos os canais de televisão do nosso País. Pagando para divulgar o quê? Que é bonito o Banco do Brasil? Que é amarelo e verde? Que estão executando os pequenos empresários, que estão tomando terrenos industriais do Paraná? Já executaram? E já tomaram? Já executaram uma carrada de imóveis, e como vão fazer com os nossos agricultores? Vão executar sim, quem não pagar a primeira parcela. Vão executar o contrato todo, Deputado José Maria? E no entanto, para colocar na mídia dinheiro a vontade de quem? Do povo, do agricultor nosso.

Então são essas incoerências que a bancada federal nossa tem que tomar consciência disso, aqui somos mais um, mais uma voz junto com os prefeitos e a dos senhores, mas esses assuntos têm que ser discutidos lá e levantada essa questão lá pelos paranaenses sim, porque se deixarmos por conta, com todo o respeito, do pessoal do outro lado de lá automaticamente eles não vão fazer absolutamente nada.

Senhor Presidente, quero encerrar, agradecer a atenção de todos, mas queria também apenas deixar aqui um registro, cumprimentar todos os professores do Estado do Paraná. Hoje é o "Dia do Professor e da Professora".

Gostaria até de fazer um discurso com muita alegria, com muito ênfase, mas infelizmente na maioria das vezes, está aí o professor a mercê do tempo, ameaçando greves em razão da situação do seu salário. Mas que fique registrado por parte do Deputado Toti o carinho, o respeito, o amor que tenho por todos os professores do Estado do Paraná. Até porque sem eles, não estaríamos aqui hoje e milhares enfim de brasileiros estariam ocupando os cargos

que ocupam.

As professoras e aos professores o meu abraço, a minha solidariedade a vocês nesse dia.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - A Mesa registra com satisfação, entre nós, especialmente aqui nesta Mesa do nosso companheiro Deputado Algaci Tólio, hoje vice-Prefeito de Curitiba, mas em breve volta a esta Casa. O Deputado Algaci Tólio merece palmas desse Plenário. (Palmas)

A Mesa registra ainda com satisfação, esse comunicado que é do nosso 1º Secretário, Deputado Nelson Garcia, da presença do Presidente da Câmara de Mariluz, o Vereador João Barbosa. Eu queria passar a palavra ao Deputado do Partido dos Trabalhadores, Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Na data de ontem nós tivemos um pedido de informações rejeitado. Esse pedido era solicitação que a Sanepar nos informasse quando foi que ela implantou a cobrança pelo serviço de entrega de recibos para o pagamento de água. Aqui em Curitiba agora para receber a conta que você vai ter que pagar, você tem que pagar a entrega de um recibo na sua casa.

Quer saber desde que data isso vem ocorrendo? Quantas são as residências atendidas e qual o destino desse dinheiro arrecadado? Se era feito pela própria Sanepar, ou feita por alguma empresa contratada? Por que esse pedido? Senhores Deputados, Deputado Valdir Rossoni, cada recibo entregue para a Sanepar, para a Sanepar entregar na sua casa, ela está cobrando setenta e seis centavos. Setenta e seis centavos, está no recibo de água da Sanepar. Aqui em Curitiba, são cerca, talvez não seja bem um número redondo, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscientos e cinco hidrômetros, o que representa uma arrecadação para a Sanepar de trezentos e cinquenta mil oitocentos e dezenove reais, por mês. Num ano significa mais de quatro milhões de reais. E o que é feito com esse dinheiro, essa cobrança que não existia em administrações anteriores daquela empresa.

Desejava também saber quantos foram distribuídos, para ver se são distribuídos no Estado do Paraná, como um todo, porque no Paraná, são mais de um milhão e seiscientos mil hidrômetros, quase um milhão e setecentos mil. O que representaria, por mês, uma arrecadação de um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, e duzentos e oitenta reais, e no ano quinze milhões e quatrocentos e oitenta e cinco mil. Quem paga isso, é o consumidor de água. Aí você vai dizer: "Mas tem que cobrar para entregar o recibo." Eu digo, Senhores Deputados, uma correspondência pelo correio custa vinte e dois centavos, se for correspondência de caráter social, custa um valor inferior ainda, que é um valor aproximadamente 0,01 centavo, em correspondência social. Se a Sanepar deseja defender o consumidor, por que não faz a distribuição pelos correios, que é muito mais barato, mesmo que vá pagar lá na ponta pelo consumidor da água, e não essa cobrança para a distribuição. E olha que a estrutura dos correios é muito superior a estrutura da Sanepar, tem uma quantidade de escritórios, de carteiros, já tudo montado. A Sanepar, provavelmente, tem uma estrutura muito mais barata e menor do que essa do Correio. No entanto, cobra essa exorbitância, esse roubo.

Ontem foi rejeitado o pedido de informação de nossa autoria, porque desejávamos saber desde quando que está sendo implantado esse tipo de cobrança, parece que não cabe a esta Casa, na concepção de alguns parlamentares, a defesa dos interesses da comunidade, porque 76 centavos para entregar um recibo da Sanepar, é roubo, não tem outro nome para este tipo de cobrança. É entrar no bolso daquele credor, numa conta do menor consumo de água, 76 centavos representa um percentual alto de cobrança dessa taxa de água.

Por favor, Senhores Deputados, se nós Parlamentares não podemos saber por que a Sanepar está agindo dessa maneira, não podemos saber porque os consumidores estão sendo assaltados dentro da sua casa. Não sei para que serve este Parlamento, se não aprova pedidos de informações.

E não para aí, a Sanepar com a instalação de um hi-

drômetro aqui no Município de Campo Magro pediu, conforme uma carta que eu tenho aqui de um cidadão, pediu um mil, seiscentos e doze reais e oitenta centavos, com o desvio da ampliação da rede, e mais cento e dez reais sobre a nomenclaturado hidrômetro, totalizando um valor de um mil, setecentos e vinte e nove reais, e quarenta e nove centavos.

O cidadão pelo serviço, desembolsa um dinheiro bastante alto, 1.700 reais representa o salário de mais de 80%, se não até 90% da população paranaense, e depois estabelece esta barbaridade de cobrança nos recibos. Eu, como Deputado já no 2º mandato quero dizer que, cada vez que este Parlamento rejeita este tipo de informações, que não é novidade para mim ao longo destes quase 7 anos, sinto-me cada mais decepcionado e cada vez mais crente de que muitos dos Senhores Parlamentares negam aquilo que pregavam na época de campanha eleitoral que era de defesa dos interesses do povo aqui dentro, não defendem o interesse da população, passam a defender interesses dos exploradores e da exploração que é feita pela Sanepar neste Estado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa de 40 agricultores que vieram visitar a exposição-feira aqui em Curitiba, na Cidade de Santo Antônio do Sudoeste, a minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - A Mesa se associa ao Deputado Ademar Traiano e registra com satisfação a delegação do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Gostaria também de registrar a presença do Prefeito de São João do Triunfo, Luciano Micharki. É uma honra tê-lo aqui conosco nesta tarde.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Eu só gostaria de acreditar porque acredito que o Deputado Orlando Pessuti ou me entendeu mal ou nos entendemos mal, e ele falou que eu estava desinformado no momento em que eu dizia que o Deputado Luiz Carlos Haully era o relator da Lei Kandir e eu, para me certificar, pedi para a minha assessoria: A relatora do FEF foi a Deputada Ieda Crucius e da Lei Kandir continua sendo o Deputado Luiz Carlos Haully. Só para certificar por que eu no momento também tive dúvidas e gostaria de informar que eu não estava mal informado, o que houve talvez foi um mal entendimento do meu pronunciamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Acho que permanece o mal entendimento desta questão, agora da parte do Deputado Valdir Rossoni, porque nós fomos claros quando falamos que a Deputada Ieda Crucius tinha sido relatora do FEF e não o Deputado Luiz Carlos Haully como afirmava o Deputado Valdir Rossoni. Quanto à Lei Kandir eu não discordo de V. Exa., só na questão do FEF.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Irineu Colombo. E ainda registro a presença entre nós, a pedido da Deputada Irondi Pugliesi, da Vereadora do Município de Rebouças Rosy Sarraff Perussolo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente Luiz Claudio Romanelli, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Hoje nós comemoramos o "Dia do Professor" e aproveitamos para registrar a presença do Professor Paulo Maia, colega do nosso sistema de ensino.

Queria apenas aproveitar o ensejo para fazer uma breve análise da nova lei e os rumos que a nova Lei de Diretrizes e Bases dá aos profissionais da educação. A nova legislação, em que pesem vários avanços consideráveis, que os professores mobilizados, os profissionais da educação conseguiram inserir contexto da Lei 9394/96, mesmo assim ela não avança na oferta da educação básica e na oferta de vagas e opções para o ensino superior.

O Deputado Toti Colaço falava aqui do FEF com bas-

tante propriedade, luta empreendida por nós no sentido de primeiro combater a idéia de que o Deputado poderia trazer outros benefícios para os municípios, aliás, Deputado não é para trazer benefício para município nenhum, não é tarefa de parlamentar, mas diziam eles em troca da aprovação do FEF. Isto é trocar um coelho por um boi gordo, mas o boi gordo ficou para o governo federal e o coelhinho magro ficou para nós. Na educação, Deputado Toti, acontece mais ou menos a mesma coisa. Remete-se a educação fundamental, que antes o artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias dizia que a União, Governo Estadual e Municipal deveriam investir nos próximos dez anos no mínimo 50% na educação fundamental. O Governo Federal fez uma emenda constitucional, suprimiu essa redação e colocou que os Estados e Municípios deveriam em dez anos aplicar não menos que 60% dos recursos da educação no ensino fundamental e tirou a União fora. Criou o Fundo Nacional de Valorização do Magistério e Desenvolvimento e Manutenção da Educação, redistribuiu os recursos dos municípios, redistribuiu os recursos dos Estados num processo matemático que tirou 2% dos investimentos que a União estava dando aos Estados e municípios e redistribuiu com os recursos dos Próprios Estados e Municípios.

E ainda na LDB coloca que o Governo Federal não vai ser nem obrigado a assegurar ensino superior e nem a educação básica, que vamos a grosso modo entender que é de zero a 18 anos de idade, fica mais simples para entender, e por aí você nota que o Governo joga a responsabilidade na medida em que manda o Estado assegurar educação fundamental, oferecer educação média, que está dentro da chamada educação básica, e retira recursos, da responsabilidade e retira recursos. Isto é um abuso o que vem acontecendo e muita gente batendo palmas. Os nossos Deputados Federais batendo palmas, muita gente desinformada batendo palmas, o Fernando Henrique Cardoso fazendo as várias articulações para se reeleger, porque este processo de pauperização dos Estados sobre todos os municípios está lhe dando esta possibilidade de fazer as manipulações várias, comprar votos no Congresso, etc, fazer a lei eleitoral da maneira que lhe convier para facilitar a sua reeleição e para ele tem recursos sobrando, porque o Orçamento está completamente folgado. Se não bastasse isto, Sr. Presidente, o Governo Federal trabalha como se o vestibular fosse parte de processo normal da nossa educação. Quero explicar por que, Sr. Presidente, já avançando no Horário da Liderança, se V.Exa. me conceder? (Assentimento do Sr. Presidente) - O orador fará uso do horário da Liderança do PT.

Vou explicar por quê? Porque na medida em que o Governo diz que aos Estados compete assegurar educação fundamental que é de zero a 14 anos de idade e oferecer ensino médio, ele abre a possibilidade de ter ensino profissionalizante de segundo grau, todo mundo vai fazer educação geral, educação média, jogam o ensino profissionalizante de várias maneiras e módulos, de tal sorte que o aluno quando chega na Universidade, para entrara na Universidade não passa no vestibular, ele vai fazer vários cursos que tem de opção a nível de segundo grau a cursos não formais, chamado básico-profissionalizante, o curso formal que é o técnico, ou ainda o curso superior na área de profissionalização que é o chamado de tecnologia ou curso de tecnólogo, porque o Governo não amplia desde 1960 uma vaga em relação a população que existe no Brasil. Nós continuamos com 1% dos nossos brasileiros estudando nas Universidades. Para se ter uma idéia de cada cinco formandos do 2º Grau, três tentam o vestibular e apenas um passa. Mas o Governo obriga os estados e municípios a oferecerem educação básica, sem dar esses recursos. Com isso, e a lei não proíbe, vão existir as redes privadas oferecendo educação para os nossos alunos, já que a Rede Estadual e Municipal não vai poder atendê-los.

No ensino superior, já que não é responsabilidade federal oferecer prioritariamente educação superior, e não acaba com o vestibular, porque não amplia o número de vagas, também vai jogar para a iniciativa privada.

A privatização não é do atual sistema de educação, não é das escolas públicas, nem das universidades públicas. A privatização é deixar de oferecer ensino público gratuito,

para que a iniciativa privada pegue esse filão.

É muito pior do que a gente pensava. Você manda os estados e municípios serem responsáveis, e retira o recurso, portanto, abre espaço para a iniciativa privada. Retira a obrigação do Governo Federal de oferecer educação superior, portanto, abre espaço para a iniciativa privada. É muito pior do que a gente pensava, que era privatizar as nossas universidades e escolas atuais.

A educação profissional está um caos. Os professores não sabem o que fazem. No Estado do Paraná nós tivemos um atropelo, a implantação atropelada em relação ao que estava acontecendo na esfera federal.

Agora, vai fazer curso pós-médio, mas esse só pode existir na relação se for tecnológica, altos investimentos em laboratórios, fazendo os modelos etc. Ou você faz um curso técnico, "walita", que vai acabar enganando.

E os profissionais de educação? A LDB aponta para que nós tenhamos oferta de especialização. O normal, superior, como meta para o professor desde a creche à pré-escola, que passarão a fazer parte do sistema educacional e não mais do sistema de assistência social, dentro de três anos e o aperfeiçoamento de serviços aponta para isso.

No Estado do Paraná os professores estão cobrando: primeiro, a valorização que o Governo do Estado prometeu em campanha eleitoral, usando os professores, como um dos principais cabos eleitorais, segundo, querem curso de aperfeiçoamento de acordo, inclusive, com a LDB, e não cursos rápidos, alegres, dinâmicos, mas rapidinhos, como está acontecendo em Faxinal do Céu. Faxinal do Céu não pode ser considerada pela nova legislação mais como parâmetro como aperfeiçoamento da educação. O aperfeiçoamento tem que ser uma coisa séria. Quem trabalhar com o normal e superior vai ter que desenvolver a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento, Desenvolvimento Cognitivo, trabalhar com a questão da Nacionalidade, Didática, e conteúdo de Matemática, Português, Ciências, História, Geografia etc., para ensinar para nossas crianças de 1ª a 4ª Série.

A educação por um período de transformação. Nós queremos avançar muito mais. Temos que combater o nosso sistema, o processo progressivo de privatização, porque uma Macão só se tornará independente na medida em que valorizar, primeiramente o professor. Para vocês terem uma idéia, no Japão, abaixo do Imperador, se estende tapete vermelho para uma categoria profissional, para os professores? Por que Srs.? Historicamente fizeram a Revolução Japonesa na Tecnologia e nas Ciências.

Segundo, o combate sistemático à privatização que exclui quem quer participar do conhecimento gerado historicamente pela humanidade. Então, nós não podemos ter o ensino desta forma.

Dia do Professor é um dia de luta. Estamos numa militância ativa para aprimorar e avançar na LDB. Estamos exigindo valorização por parte do Governo do Estado, do Governo Federal, e porque não dizer também dos governos municipais para essa categoria.

Parabéns para os nossos professores! Vamos sonhar com dias melhores para essa categoria!

O SR. PRESIDENTE (Romanelli) - Muito bem, Professor Colombo, hoje é seu dia também.

Esta Presidência registra, com muita satisfação, a presença na tribuna de honra desta Casa, do ex-Prefeito e hoje Vereador mais votado de Arapoti, Omar Negrão, que enriquece este plenário.

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Registro mais uma vez a presença do nosso Presidente da Câmara Municipal de Mariluz, Vereador João Barbosa, que já foi prefeito da cidade, foi vice, e nos alegra com sua presença hoje aqui nesta Casa de Leis.

Quero também, Sr. Presidente, em rápidas palavras fazer um agradecimento àquele que semeia o futuro, àquele que semeia paz, que semeia educação, àquele que semeia o respeito e prepara os nossos filhos, não só do Paraná mas do Brasil para serem os profissionais do futuro,

que são os professores, cujo dia comemoramos hoje.

Alegre-me muito poder falar em nome do professor.

fui professor 8 anos de contabilidade geral, de administração geral, organização de empresa e orientação ocupacional. E a minha esposa faz 24 anos que é professora, por isso não podia deixar, de forma nenhuma, de subir, nesta tribuna, para fazer minhas considerações a esta classe, tão importante, que é nosso guia para um futuro melhor!

Aproveito também este momento e quero hoje, aqui, fazer um agradecimento ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Jaime Lerner e um dos seus Secretários nota 10, Secretário Hermas Brandão. No nome de 4.500 pequenas propriedades da região de Campo Mourão, eu quero aqui trazer o abraço, o aperto de mão, através dos microfones da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao nosso Governador por um dos maiores programas implantados. Na 5ª-feira passada, o nosso Secretário da Agricultura e a vice-Governadora, e Governadora em exercício, Emília Belinati, levaram aqueles cheques que foram distribuídos para 4.500 pequenos produtores da nossa região, num total de quase 3.000.000 de reais, a fundo perdido.

É aquilo que nosso Governador dizia: "O pequeno trabalhador, o pequeno agricultor tem que ser o homem mais bem cuidado e mais bem tratado, porque ele é a razão da existência das cidades." Sem o agricultor nós não temos as cidades com seu crescimento, seu fortalecimento, nós não teremos comércio forte. E ao longo dos anos o nosso agricultor tem sido esquecido.

Mas pude presenciar a alegria, a satisfação de um desbravador que temos, que é nosso pequeno agricultor, Deputado Alborghetti, e pessoas que ali choraram ao receber o dinheiro para o plantio do algodão.

No Paraná inteiro foram 42.000.000 de reais para beneficiar 65.000 pequenas propriedades. Parabéns Governador Jaime Lerner, já que o "Paraná 12 Meses" não veio, programa este que era para ser começado a partir de fevereiro para nosso pequeno agricultor, aquele que tanto defendemos aqui, nesta Casa de Leis! Muitas vezes temos visto políticos que têm pensamento de projetos próprios, e acabaram segurando o Projeto "Paraná 12 Meses". Não adianta nada, muitas vezes, falarmos da securitização, falarmos que é preciso ajudar o pequeno agricultor, e daí vemos que o Governo fez o programa Paraná 12 meses para dar atendimento a este herói brasileiro. Então dois senadores do Paraná que não entendem que a industrialização não tem nada a ver com a agricultura, pois as indústrias têm que vir para cá, o Estado precisa ser industrializado. Um pai de família não quer esmola de ninguém, ele quer trabalhar nem que seja 24 hrs por dia, para que no fim do mês ele possa pagar o seu talão de água, de luz, para que ele possa pagar o armazém, para que ele possa comprar um presente para sua esposa e para seus filhos. E nosso Governador está preocupado com isso e está industrializando o Paraná, já foram 9 milhões de dólares de investimentos. E por este programa de futuro, nós vemos que os nossos dois Senadores trancaram o financiamento do "Paraná 12 Meses".

Gostaria de agradecer essa Assembléia Legislativa que votou a favor da suplementação de verbas, um dinheiro do tesouro que o Governo levou ao pequeno agricultor porque nós teremos movimento na nossa cidade, porque a partir do ano que vem vamos ter um interior alegre, feliz, porque a gente só é feliz quando faz alguém feliz. Estou contente porque participei ontem e anteontem junto com os nossos representantes da Secretaria da Agricultura e nas reuniões com os nossos pequenos agricultores, ali eu via a alegria, o reconhecimento dessas pessoas que ajudam a crescer o Paraná e trazem o progresso para o Brasil.

Por isso, em nome desses agricultores, eu quero agradecer o Governo da transformação, o Governo do futuro que se chama Jaime Lerner.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Concedo a palavra a esse Deputado Estadual, que honra muito esta Casa, que é o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ainda no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ C. ALBORGHETTI - Queria aproveitar a oportu-

tunidade de pedir a V.Exa., Deputado Nelson Tureck, que liberasse 1 milhão e meio de reais que tenho junto à Secretaria da Fazenda, já que o meu Secretário Hermas Brandão consegue fácil o dinheiro para distribuir em todo o Paraná e preciso construir dois centros de convivência para os idosos na minha região, preciso de dinheiro para fazer um Vale enorme, com pista de recreação. E vai passando ano e não consigo, não sei Deputado, quem sabe V.Exa. hoje poderia interceder em meu favor, em favor de vários companheiros nossos, para que a gente conseguisse que esse dinheiro viesse aos Prefeitos, para que eles conseguissem construir na minha região dois centros de convivência para os idosos de Londrina, de Cambé, daquela microrregião maravilhosa.

Fico feliz e emocionado que o Secretário Hermas Brandão está correndo o Paraná e lutando pela nossa agricultura paranaense. Só espero que de um outro lado, também vamos conseguir um dinheirinho para que possamos colocar em evidência os nossos Projetos, as nossas Emendas que foram colocadas no Orçamento do Estado.

Muito obrigado, Deputado Nelson Tureck, e fiquei até emocionado em saber que V.Exa. está feliz pelo grande trabalho que o nosso Secretário Hermas Brandão está fazendo pelos pequenos agricultores do Paraná. O grande agricultor não precisa do Governo, o grande agricultor não precisa do BANESTADO. Quem precisa do dinheiro do meu Governador Jaime Lerner, quem precisa do dinheiro do Banco do Estado do Paraná, um dos bancos estatais de maior credibilidade nesse País, é o chacareiro, é o pequeno sítiante, não o grande latifundiário, não os grandes, quem precisa são os pequenos. Fico feliz que ele foi naquela região e ajudou os pequenos agricultores. Meus parabéns ao Secretário Hermas Brandão. Aproveitando, gostaria também que V.Exa. me ajudasse hoje, que conseguíssemos esse dinheiro que está no orçamento porque estou numa luta para ajudar o idoso na minha região e gostaria de ver em cada bairro um centro de convivência para os idosos, gostaria de ver em cada rua um módulo policial.

Então, é um dinheiro que poderia vir, porque na última campanha em Londrina, fiz 20 comícios em Londrina, e em cada bairro me pediam um módulo policial. E está uma luta para conseguir a construção desses módulos policiais. Então vou Emendar novamente agora, para ver se o ano que vem eu consigo a construção desses módulos policiais.

Gostaria de um módulo policial onde essa Sra. foi assassinada D. Olga no Centro da Capital. Gostaria de um módulo policial em todos os bairros da minha cidade e de todas as cidades do Paraná, como aquilo que o Secretário Hermas Brandão está fazendo queremos ver também em outras áreas.

Deputado Nelson Tureck meus parabéns, V.Exa. está feliz pelos agricultores do Paraná. Muito obrigado!

O Sr. Edgard Bueno (Aparte) - Primeiro cumprimentar o Deputado Romanelli por dirigir essa Casa brilhantemente. Para nós é uma honra ver e descobrir os talentos dessa Casa.

Também cumprimentar o Vereador do PDT de Cascavel Sr. Luciano Rupper que nos honra aqui com a sua presença acompanhado também da Advogada Idione Pizzatto, que faz a Defensoria Pública no Município de Cascavel, tão brilhante advogada que nos honra aqui com a sua presença e queremos deixar registrado nos Anais dessa Casa essas presenças tão ilustres.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - A Mesa se associa a V.Exa. para registrar a presença de tão ilustres Cascavelenses. E encerrado o Pequeno Expediente e o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Sr. Presidente, Deputado Luiz Claudio Romanelli, preside mais uma vez a sessão desta Casa. A nossa saudação aos nossos companheiros Deputados, Deputada Irandi Pugliesi. É nossa saudação também aos visitantes dessa sessão de hoje, que nos dão a honra de prestigiar mais uma sessão nesta Casa de Leis.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna para tecer alguns comentários sobre uma reunião que teremos amanhã, uma reunião aqui no Plenarinho desta Casa, que vai contar com a presença de vários Deputados, com certeza com o Deputado Orlando Pessuti que preside o Bloco Parlamentar Agropecuário. Uma reunião convocada pela FETAEP, onde serão discutidos alguns pontos fundamentais para uma atividade que é fundamental que é a nossa Agricultura.

Tivemos a securitização e a securitização resolveu o problema dos Bancos, não do Agricultor. E agora os agricultores começam a pagar as parcelas da Securitização. E essas parcelas estão acrescidas Deputado Nereu Moura de todos os Índices da conta gráfica quando da mudança da moeda no nosso País.

Então quando todos os organismos ligados a Agricultura pediam ao Congresso Nacional que fizesse a revisão dos cálculos, essa revisão não é a partir do ano passado quando foi feita a securitização e sim de um momento que foi feito a troca da moeda, por que o financiamento dos agricultores ficou conhecido como famoso financiamento "3 em 1". Qualquer conta gráfica aqui, Deputado Carlos Simões, temos representantes de todos os quadrantes do Paraná. Deputado Alborghetti aqui pedia recursos para fazer centros de convivência para os idosos na sua região. Deputado Alborghetti, o senhor não é de região nenhuma, o senhor é do Paraná, porque a sua votação foi expressiva em todos os Municípios do Estado do Paraná, não teve nenhum Município que o Sr. não teve votos e V.Exa. aqui representa sempre em seus pronunciamentos o Estado do Paraná.

Razão pela qual, todos os Deputados qualquer um se pegar um agricultor sequer como exemplo, no seu financiamento vai ver que o valor da sua conta no Banco, vale hoje três vezes mais do que o valor do bem que comprou. Peguei esses dias Deputado Nereu Moura um agricultor, e o Deputado Pessuti sabe disso, porque tenho certeza que ele recebe essa reclamação diariamente, que comprou uma máquina, um trator, o valor do trator é de vinte e três mil reais, ele pagou dezoito e deve cinquenta e sete. Então, tem que se fazer o recálculo dessas dívidas. Aliás isto consta num artigo da própria Resolução do Banco Central, quando estabelece a securitização. Estaremos amanhã juntamente com os companheiros da FETAEP, gostaria de fazer uma solicitação aos Deputados que participem desta reunião, todos receberam o convite, vai ser no Plenarinho, para que possamos nos somar. Sei, Deputado Valdir Rossoni, que Vossa Excelência está fazendo gestão, neste sentido, temos no BANESTADO, por ocasião da securitização, quando agricultores financiavam no Programa "Panela Cheia", tivemos ali uma cláusula no Programa que dizia o seguinte: "o agricultor que pagar antecipadamente ou após o prazo perderá o direito a equivalência". E hoje muitos produtores entraram no mesmo procedimento de securitização. É uma coisa que temos que trabalhar junto ao banco, para ver se conseguimos achar uma alternativa para esses produtores.

Agora gostaria, Senhor Presidente, de fazer um comentário aqui a respeito do que disse o Deputado Nelson Tureck agora há pouco na tribuna. Acompanhei uma reunião no Município de Roncador, onde trezentos e noventa e sete agricultores foram beneficiados com o programa de algodão. É algo que merece o nosso elogio. Este programa dá a possibilidade, não só ao agricultor que vai plantar algodão, mas toda a mão de obra gerada, pois sabemos que a cultura de algodão gera uma mão de obra, tivemos lá a possibilidade desses agricultores receberem recursos para que possam fazer o plantio. Estive com o Deputado Ademar Traiano, com a vice-Governadora Emilia Belinati, com o Secretário Hermas Brandão no Sudoeste do Estado, onde foi repassado recursos calcário, uma lei que apresentamos aqui nesta Casa, votada por unanimidade, infelizmente tivemos em outros anos atrasos nos recursos. Neste ano tivemos a possibilidade dos recursos virem com pouco de antecedência, com relação ao ano passado. E, tenho certeza absoluta, que este programa do plantio e do incentivo a cultura de algodão no Norte do Paraná, e o calcário que é fundamental e indispensável para que os nossos agricultores não façam o caminho inverso do que está se fazendo no Governo Federal. Não adianta assentar 50 mil famílias se perdemos 50 mil famílias em um mês; en-

um ano perdemos milhares de famílias de agricultores que saem de suas propriedades, porque não têm condições de produzir.

O Sr. Ademar Traiano - Permita-me um aparte? (Assentimento)

Deputado Augustinho Zucchi, ouço com muita atenção vosso pronunciamento, e quero me somar àquilo que V.Exa. vem colocando com muita propriedade. Por reconhecer que V.Exa. é um conhecedor profundo das causas da agricultura, em razão, de ter nascido na pequena propriedade; filho de agricultor, agrônomo; foi chefe do escritório regional da Secretaria da Agricultura lá na região do sudoeste do Paraná, e portanto fala de cadeia cativa, tem segurança naquilo que defende, e com certeza, traz para esta Casa no seu discurso um arsenal muito grande de conhecimento e, será sem sombra de dúvida, capitalizados pelos Parlamentares. Fico muito feliz ao ouvi-lo e saber que no dia de amanhã, através de V.Exa. e do Bloco Agropecuário, faremos um encontro, no sentido de tratarmos de assuntos com relação a securitização

com relação a securitização das dívidas. Com muita propriedade V.Exa. falou, e eu discutia hoje na hora do almoço com os meus agricultores de Santo Antonio que aqui estão, se propagou tanto programas do Governo, aqui no próprio Paraná o program "Panela Cheia", não quero de forma alguma atacar o programa, mas de nada adianta esclarecermos o nosso agricultor, oferecermos ao nosso agricultor um financiamento, quando no bojo de um contrato está uma armadilha que lhe compromete para a vida toda. É o que está acontecendo hoje. Um trator que custava 5 mil reais na época, hoje custa para o agricultor pagar em responsabilidade ao banco, 15, 20 mil reais, o equipamento não vale os cinco.

Parabenizo a V.Exa. por esse pronunciamento e por trazer um assunto de tamanha importância para esta Casa e a discussão no dia de amanhã e ainda quero parabenizá-lo em função do trabalho de V.Exa. aqui nesta Casa, como autor do projeto que instituiu a lei do calcário aqui no Paraná, para atender as nossas pequenas propriedades do interior e reconhecer o trabalho incessante do Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, pela ação que vem desenvolvendo junto à Secretaria de Agricultura e temos que reconhecer o trabalho do Governador Jaime Lerner, do governo como um todo.

Dizia o Secretário lá em Francisco Beltrão: "dos 22 estados da federação, apenas um estado destinava dez milhões de reais para aplicação em programas na área da agricultura. Enquanto o Estado do Paraná, através de uma ação concreta, efetiva, clara, o Governador Jaime Lerner destina recursos na ordem de 42 milhões de reais para programas a serem empregados na cafeicultura no programa de algodão e no programa de calcário. É realmente um dado incontestável. Não há alguém que possa contestar esse número e o que é mais importante, Deputado, dos 42 milhões de reais, é a Fundo perdido. Nenhum agricultor terá que devolver este dinheiro para os cofres do governo do Estado. Este sim é programa que deve ser reconhecido por todos os paranaenses. Imaginem se tivéssemos os 400 milhões de dólares que o governo do Paraná pleiteia lá no Senado para implementarmos esta ação extraordinária na agricultura do Paraná. Parabéns a V.Exa. parabéns ao Secretário Hermas Brandão, homem que calça botina e corre o Estado do Paraná, palmilhando palmo a palmo esse interior, levando a imagem e os recursos do governo do Estado para a nossa pequena propriedade.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Agradeço o aparte do Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Nereu Moura - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Augustinho Zucchi, a questão da reunião de amanhã, é um evento importante para todos nós aqui da Assembleia e do Paraná, mas temos que nos preocupar com a questão do "Panela Cheia", com a questão das dívidas dos agricultores com o Banco do Estado, porque a nível nacional, a Frente Parlamentar Agropecuária está desenvolvendo gestões para que o Governo Federal faça o recálculo, não dê-se golpe no agricultor, querendo fazer o re-

cálculo de quando foi assinado o contrato da dívida até agora. É de quando foi feita a dívida. Dívidas que remontam a 5, 6, 7, 8, 9 anos atrás ou um ano atrás.

Aqui da Assembleia Legislativa temos que nos concentrar no sentido de convencer o governo do Estado, através do Banco, de que é necessário fazer o recálculo das dívidas do "Panela Cheia", porque existe e V.Exa. com muita propriedade, V.Exa. que é um Deputado inteiramente identificado com a agricultura, citou um exemplo das distorções que existem em relação a produtos que foram financiados pelo "Panela Cheia" e que depois entraram na securitização.

Iguais a esses, podemos citar inúmeros casos. Então por isso, nós Deputados temos que estudar uma maneira de oferecer uma sugestão ao governo do Paraná e ao Banco do Estado, para que de pronto e rapidamente encontre uma solução no sentido de proceder o recálculo da dívida dos agricultores, porque o vencimento está aí. No dia 31 de outubro, vence a primeira parcela da securitização e daí, se até lá providência alguma o governo não tiver tomado, infelizmente, milhares de agricultores pagarão caro em função da demora de uma solução para este grave problema.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Agradeço o aparte.

Procede inteiramente o seu aparte tanto que a pauta estabelecida pela FETAEP é da securitização de forma geral, mas em especial, da securitização dos agricultores que fizeram o "Panela Cheia" e tiveram o problema de ser incluído no processor normal de securitização.

Agradeço esta oportunidade que V.Exa. nos dá de continuar com alguns minutos além do tempo e gostaria de registrar que tenho particularmente um sonho que é acalentado, quem sabe, pela origem que tenho, um sonho de que um dia no nosso Paraná, não teremos nenhuma pequena propriedade sem calcário, porque desta forma, podemos aumentar a produtividade e segurar os nossos agricultores produzindo no campo e tenho certeza absoluta que as mais de um milhão de toneladas já subsidiadas através da lei que esta Assembleia aprovou, com certeza beneficiou muitos agricultores do nosso Paraná.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria cumprimentar o Deputado Toti Colaço pela maneira como vem conduzindo a representação que todos nós desta Casa demos a ele para ser o nosso representante maior, ser o nosso porta-voz frente ao Bloco Parlamentar Municipalista da Assembleia Legislativa.

Dizer que o trabalho que o Deputado Toti vem fazendo, é um trabalho que merece toda a atenção de nossa parte, porque ele tem estado, não só nas dependências desta Casa, ou da Associação dos Municípios do Paraná, mas em Brasília, em Belo Horizonte, junto conosco, em Florianópolis, Porto Alegre e outras cidades neste país e em todas elas levando o nome da Assembleia Legislativa do Paraná, levando o posicionamento dos nossos prefeitos e vereadores municipais e levando a defesa do municipalismo que é a razão da existência desse Bloco Parlamentar Municipalista.

Além das questões municipalistas, o Deputado Toti na condição de Presidente desse Bloco, tem participado ativamente ao lado do nosso trabalho à frente do Bloco Agropecuário e muitas vezes temos sido cansativos para alguns dos Senhores Deputados, porque mandamos correspondência aos gabinetes, a gente convoca para reuniões, a gente faz aparte, vem a esta tribuna, mas faz tudo isso com a intenção maior de prestar esclarecimentos, das orientações aos Senhores Deputados, porque lá na ponta da linha, o produtor rural nos encontra e cobra notícias e informações a respeito dos assuntos que a gente aborda nesta Casa.

É importante que os Senhores Deputados saibam o que está acontecendo. Amanhã teremos uma reunião sobre securitização de dívida de produtores rurais, desta feita, num trabalho organizado entre a Comissão de Agricul-

tura, Bloco Municipalista e Bloco Agropecuário com a FETAEP e é muito importante que os Srs. Deputados lá estejam para ouvir os relatos de pequenos produtores rurais e de lideranças do setor produtivo do nosso Estado e saber como anda a negociação da securitização.

Quero dizer que ontem conversei por telefone, com o Deputado do PMDB Valdir Colato, que preside a Frente Parlamentar da Agricultura junto à Câmara dos Deputados, e conversei hoje com o nosso companheiro também do Paraná Moacir Miqueleto, o Colato é de Santa Catarina e o Miqueleto é aqui do Paraná. E recebi, tanto do Colato como do Miqueleto informações que entendo ser as mais importantes para o momento que diz respeito a securitização.

A proposta da Frente Parlamentar da Agricultura levada ao Banco do Brasil, ao Ministério da Fazenda e posteriormente ao Conselho Monetário Nacional, essa proposta foi acolhida, ela foi aceita, ela já está decidida, e ontem faltava apenas que alguns dos integrantes do Conselho Monetário Nacional colocasse a sua assinatura na decisão que já tomou o Conselho Monetário Nacional. E algumas coisas ainda não temos como informar porque não temos a publicidade do inteiro teor da decisão, mas a gente pode ler aqui para vocês o teor da resolução que será baixada pelo Banco Central no que diz respeito a securitização da dívida dos produtores rurais e principalmente a prorrogação da 1ª parcela. Então diz o Artigo 1º da Resolução:

"É devida a prorrogação parcial ou integral da parcela de dívida de crédito rural alongada nos termos da lei nº 9.138, e normativos complementares divulgados pelo Banco Central, parcela essa vencível em 31.10.97, mediante exame caso a caso, observadas as seguintes condições:

I - Fique comprovada a incapacidade de pagamento do mutuário em virtude de:

a) dificuldade de comercialização dos produtos, frustração de safras por fatores adversos ou eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações consideradas para efeito de pagamento da parcela objeto de prorrogação;

b) não recebimento de financiamento de custeio da safra 96/97."

Então, dessa leitura depreende-se o seguinte:

Que foi a nós informado pelo Deputado Valdir Colato de Santa Catarina e pelo Deputado Moacir Miqueleto do Paraná, com quem conversamos ontem e hoje. Que está assegurada a renegociação parcial ou integral dessa 1ª parcela que vence no dia 31.10.97. E cada caso vai ser analisado pela gerência do Banco em cuja agência o produtor tem a sua dívida securitizada. É evidente que para isso ainda serão emitidos os normativos complementares do Banco Central, mas está assegurado. Em que casos será aceita a prorrogação? Quando o produtor tiver dificuldade para saldar a sua dívida em função de frustração de safra, isto sendo comprovado, ele vai ter direito a prorrogar a 1ª parcela, que vence no dia 31.10.97. E cada caso vai ser analisado pela gerência do Banco em cuja agência o produtor tem a sua dívida securitizada. É evidente que para isso ainda serão emitidos os normativos complementares do Banco Central, mas está assegurado. Em que casos será aceita a prorrogação? Quando o produtor tiver dificuldade para saldar a sua dívida em função de frustração de safra, isto sendo comprovado, ele vai ter direito a prorrogar a 1ª parcela, e quando ele também não teve financiamento para a safra já colhida 96/97, que estamos iniciando agora o plantio da safra 97/98. Então aqueles que na safra passada não tiveram financiamento também se credenciam a receber a securitização.

Aí no item II o que estabelece:

Respeitado o prazo máximo de 10 anos, a parcela objeto da prorrogação, ou seja a 1ª parcela que vence agora no dia 31, ela poderá ser repactuada para pagamento no ano subsequente ao final do cronograma de reembolso anteriormente estabelecido.

Então vamos ver o seguinte: a securitização tenha sido feita com 7 anos de prazo, então a 1ª parcela vai ser prorrogada e vai vencer no 8º ano. Se ela foi já prorrogada

por 8, vai ser no 9º, se foi por 9 será no 10º, e aí evidentemente se já foi por 10 anos a 1ª parcela evidentemente vencerá com a última parcela já renegociada. E aí evidentemente estabelece que a parcela prorrogada deve ser acrescida de taxa efetiva de juro de 3% ao ano capitalizada também anualmente. E aí tem todas as outras questões, aqui fala do fornecimento do extrato para que o produtor rural possa fazer as suas contas, as suas averiguações, e também é bom que se comente aquilo que está escrito no jornal que vem lá de Mato Grosso, o Informe Agropecuário que é um veículo oficial de informação do Sindicato Rural de Campo Grande, onde ele faz um comentário que é bom também que os Senhores Deputados tenham conhecimento. "O recálculo das contas dos produtores rurais, de que falou o Deputado Toti Colaço, falou o Deputado Zucchi, falou o Deputado Nereu, o recálculo das contas dos produtores rurais, assegurado pelo Artigo 1º, Inciso 8º, da Resolução Banco Central, número 2238, de 31 de janeiro de 1996, ele ainda não aconteceu, não aconteceu esse recálculo. Que já deveria ter sido aplicado pelas instituições bancárias, esse recálculo, mas não foi. Então, esse recálculo continua também sendo negociado pelos produtores rurais, através da Frente Parlamentar da Agricultura com o Ministério da Fazenda. E aí diz mais ainda: Se o prazo da primeira parcela, de vencimento da primeira parcela de securitização não for prorrogado, o produtor rural corre o risco de pagar a sua dívida antes de saber qual é o valor real do seu débito junto aos bancos. Então, é bom que se reafirme essas questões, que se deixe registrado nos Anais da Assembléia, que se deixe registrado nos ouvidos e na memória de alguns Parlamentares, e que se deixe registrar em reuniões como a que vamos fazer amanhã. O fato é o seguinte: A prorrogação da primeira parcela da securitização, está decidido pelo Banco Central, será feito caso a caso, analisando as condições de cada produtor rural. Por isso, é que estamos atentos, acompanhando diariamente, junto ao Deputado Moacir Miqueleto, junto ao Senador Osmar Dias, junto ao Senador Roberto Requião, junto ao Abelardo Lupion, junto ao Odílio Balbinotti, o José Naneni e junto também com o Deputado Valdir Colato, lá de Santa Catarina. E queremos que amanhã os Srs. Deputados possam estar presentes na reunião que realizará o Bloco Agropecuário, o Bloco Municipalista, a Comissão de Agricultura junto com a FETAEP, porque novas e importantes informações teremos acerca da securitização das dívidas e da liberação de novos financiamentos aos produtores rurais. Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - PDT, PL, PSDB, PFL, PTB, Liderança do Governo (Todos Declinam)

Encerrado o Horário das Lideranças,
Passamos à

ORDEM DO DIA.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Albanor Gomes, Beto Richa e demais Srs. Deputados, na qualidade de membros filiados ao PTB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para a liderança do partido. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Dúlio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 557/96, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar a CIRETRAN no Município de Terra Boa. Aprovado. (Publ. no D.O. nº 188, de 03.12.96)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 562/96, de autoria do Deputado João Techy Filho, que autoriza o Poder Executivo a criar a CIRETRAN no Município de Prudentópolis. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 188, de 03.12.96).

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/97, de autoria do Deputado Nelvo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a GAMAG - Grandes Amigos do Meio Ambiente de Guaraniáçu, com sede e foro no Município de Guaraniáçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/97, de autoria do Deputado Péricles Mello, que declara de Utilidade Pública a ABASE - Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional, com sede na Cidade de Ponta Grossa e foro na Cidade de São Paulo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/97, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/96, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Padre Felipe Sierra Ruiz a Rodovia PR-364, no trecho entre os Municípios de Nova Aurora e Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 181, de 25.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 520/96

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo denominar de Padre Felipe Sierra Ruiz, a rodovia PR-364, no trecho entre os Municípios de Nova Aurora e Assis Chateaubriand.

Após ofício encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes, para verificação com relação à denominação e com a resposta determinando não possuir titulação honorífica, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, apresentando Emenda Substitutiva, somente para corrigir a nomenclatura rodoviária do trecho.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 520/96

Art. 1º - Fica denominada de Padre Felipe Sierra Ruiz, o trecho da PR-317, entre os Municípios de Jesuítas e Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Denominam-se taxonetes as camionetes de aluguel, destinadas ao transporte de bens e mercadorias, no Estado do Paraná. COM

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.
Aprovado. (Publ. no D.A. nº 188, de 03.12.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 558/97

PARECER

O projeto de lei em epígrafe, denomina de Taxonetes as camionetes de aluguel, destinadas ao transporte de bens e mercadorias, no Estado do Paraná.

O referido projeto apenas cria uma denominação legal para as camionetes, e obriga o uso de taxímetro, deixando para o legislador municipal regular a matéria, que aliás, é de competência privativa do município. Desta forma, entendemos que o projeto em nada fere a Constituição, e tampouco a legalidade, podendo seguir sua tramitação normal.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente em exercício
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 558/96

PARECER

Para análise desta Comissão, o projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, que visa autorizar o Poder Executivo a denominar Taxonetes as camionetes de aluguel, destinadas ao transporte de bens e mercadorias, no Estado do Paraná, é um projeto bem elaborado, pois fica a critério da Prefeitura regular a matéria legal, já que é competência do município tal propósito.

Este projeto é de grande envergadura, pois legaliza e valoriza "pequenos fretes" com um nome específico, podendo-se dizer que criaria uma nomenclatura nova, em termos de profissão aos provedores deste exercício.

Sala das Comissões, em 21.08.97.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
NELSON TURECK - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/97, de autoria do Deputado Sâmils da Silva, que denomina Costa Oeste a rodovia PR-497, que liga os Municípios de São Miguel do Iguaçu e Guaíra. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 29, de 18.03.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 098/97

PARECER

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Sâmils da Silva, objetiva denominar de Costa Oeste a rodovia PR-497, que liga os Municípios de São Miguel do Iguaçu a Guaíra.

Fundamentação

Conforme informações da Secretaria de Estado dos Transportes, um trecho da Rodovia PR-497, já tem denominação especial.

Conclusão

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DULCIO GENARI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 098/97

Art. 1º - Fica denominada Costa Oeste a Rodovia PR-497, que liga os Municípios de São Miguel do Iguaçu e Guaíra.

Parágrafo Único - Fica excetuado da denominação descrita pelo art. 1º desta lei, o trecho entre Esquina Céu Azul - Santa Helena, já denominada Rodovia Prestes.

Art 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DUILIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que denomina Colégio Estadual Antônio Tortato - Ensino de 2º Grau, o atual Colégio Estadual de Paranacity - Ensino de 2º Grau. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 64, de 07.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 201/97

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo denominar Colégio Estadual Antônio Tortato - Ensino de 2º Grau, o atual Colégio Estadual de Paranacity - Ensino de 2º Grau.

Diante da resposta negativa com relação à titulação, por parte da Secretaria de Estado da Educação, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 201/97

PARECER

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo denominar Colégio Estadual Antônio Tortato - Ensino de 2º Grau, o atual Colégio Estadual de Paranacity - Ensino de 2º Grau.

Fundamentação

Chamada a opinar esta Comissão de Educação, reconhece a importância e o interesse público do presente projeto, sendo que o Sr. Antônio Tortato foi político de destaque na cidade.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.08.97.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
JOÃO TECHY FILHO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sobre a mesa. Requerimentos nºs 2364 a 2366, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2367, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2369 e 2370, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2371 a 2373, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2374, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2375, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2380, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2376, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimentos nºs 2377 a 2379 e 2395, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2381, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2382, de autoria do Sr. Deputado Walmar Trentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2383 a 2390, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2391, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2393, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2394, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI - O ilustre Deputado José Maria Ferreira já se retirou e eu acordei com o Deputado de fornecer as informações, e ele retiraria esse requerimento. Se for possível deixar para a próxima Sessão, quando ele estiver presente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - A Mesa transfere para a Sessão de amanhã, na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 260 e 475/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 520 e 558/96, 098 e 201/97.

O Sr. Presidente Anibal Khury, convida os Srs. Deputados, para assistirem à Sessão Solene de posse da nova Diretoria da União Paranaense de Estudantes - UPE, a se realizar dia 16 de outubro, às 11:00 horas, no Plenário do Palácio Dezenove de Dezembro.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADEMAR TRAIANO, EM SESSÃO DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 1997.

"Requição: contra tudo e contra todos"

Jornal A Cidade

Sempre que tem na televisão a apresentação de programas políticos "gratuitos" - aqueles que os partidos têm direito -, desligo a televisão e vou jogar baralho com a minha mulher. Gosto de jogar baralho e é uma oportunidade para exercitar minhas habilidades "esportivas". Costumo ganhar sempre, a não ser quando dou uma "afrouxada" para não perder a adversária! Mas, no dia do programa do PMDB, minha esposa estava ocupada com o nenê e não tive outra alternativa: fiquei na sala e, num ato de autoflagelação, submeti-me ao blá-blá-blá de alguns "figurões" do referido partido. Aliás, naquela noite, só apareceu um figurão: o ex-Governador Requição. E, para surpresa minha, atraiu-me a atenção. Não porque estivesse dizendo coisas "bonitas", mas pelo seu jeito quase "profético" de expressão e locução! Parecia um "santo", tantos os pecados apontados em seus

adversários. Por incrível que possa parecer, o Sr. Requião conseguiu manter minha atenção em suas "verborragias" até o fim do programa!

Mas, falando sério, que homem devastador, esse tal de Requião! Em nome de suas pretensões políticas é capaz de arrasar não só a credibilidade de seus adversários como também as instituições que representam a própria tranquilidade da sociedade como um todo. Ao insinuar que o BANESTADO estaria "quebrado" criou um grande alvoroço em todos os usuários do mesmo. Eu mesmo fiquei intranquilo, pois guardo os meus "trocados" neste Banco. E fui, no "dia seguinte", buscar informações na "minha agência" para descobrir "a veracidade dos fatos"! Fiquei mais calmo - mas ainda um pouco receoso - após ouvir de um funcionário de minha confiança, de que o BANESTADO é um dos maiores Bancos do Brasil e que as afirmações do ex-Governador não passavam de delírios de um político, que tem como característica "criticar para aparecer".

Os efeitos das críticas de Requião fizeram-se sentir em todo o Estado do Paraná. Principalmente às referentes ao suposto "estado crítico" do BANESTADO. Os jornais, em sua maioria, publicaram matérias pagas rebatendo as críticas e tranquilizando

a população.

Não acho justo que o povo brasileiro financie estes "horários gratuitos" para depois ter de ouvir um amontoado de besteiras, mentiras e... demagogias! O Sr. Requião não fez, em seu pronunciamento - foi só ele que falou -, nenhuma proposta positiva para que o telespectador pudesse se convencer de que o seu partido, de fato, é um bom partido. Eu, ao menos, só vi críticas contra tudo e contra todos: críticas contra o atual governo, contra o BANESTADO, contra os Jogos da Natureza, contra a vinda de montadoras... contra o Estado do Paraná.

Aliás, dizem as más línguas - e também as boas -, que o Senador Requião tem "barrado" dinheiro que deveria vir para o Estado. Dizem também que, ao presidir a CPI dos Precatórios, o Senador usou de expedientes não tão dogmáticos para atingir somente seus adversários políticos, em detrimento da verdade e da justiça!

O Paraná precisa de homens mais positivos, que saibam criticar o erro, mas que tenham também a capacidade de indicar soluções. E espero que o Sr. Requião não volte a interferir na minha vida, como o fez em relação ao BANESTADO, gerando intranquilidade e insegurança!